



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Aparecida de Goiânia

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 384 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,13%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Aparecida de Goiânia, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública.

Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população. A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Aparecida de Goiânia

4. Faixa etária:

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

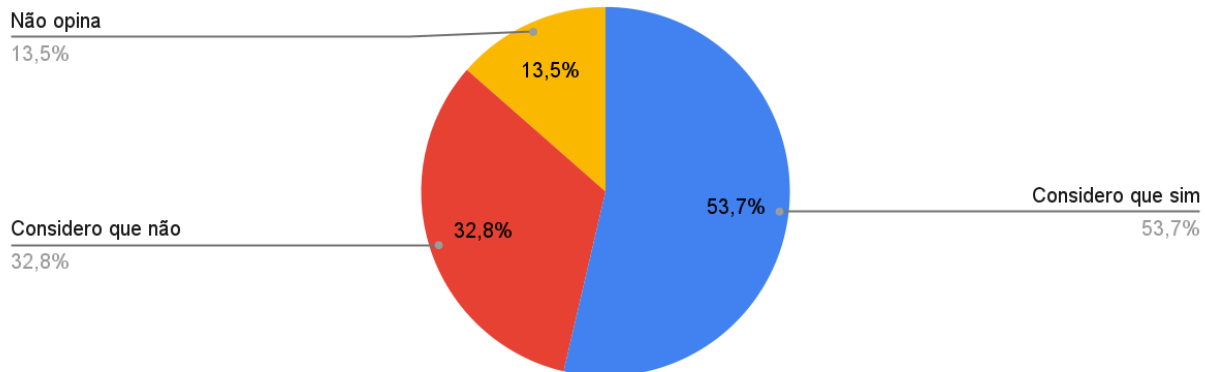
SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	53,65%	21,88%	31,77%	0,00%	18,23%	26,30%	9,11%	15,63%	24,48%	13,54%
Considero que não	32,81%	16,15%	16,67%	0,00%	8,59%	15,89%	8,33%	10,94%	16,15%	5,73%
Não opina	13,54%	5,47%	8,07%	0,00%	3,91%	6,25%	3,39%	5,99%	5,47%	2,08%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?



A análise da percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município evidencia um cenário de avaliação majoritariamente favorável, porém marcado por contrastes relevantes que merecem atenção técnica e estratégica. O fato de 53,7% dos respondentes afirmarem que existe equidade no acesso sugere que mais da metade da população percebe a rede pública de ensino como capaz de oferecer vagas suficientes e cobertura educacional relativamente adequada, atendendo diferentes regiões do território municipal e distintos grupos sociais. Esse resultado indica avanços na organização do sistema educacional, especialmente no que se refere à capilaridade das unidades escolares e à garantia formal do direito à educação.

Por outro lado, o percentual expressivo de 32,8% que considera não haver igualdade de acesso revela a persistência de desigualdades percebidas, que não podem ser desconsideradas do ponto de vista do planejamento educacional. Essa percepção pode estar associada a fatores estruturais, como a concentração de escolas em determinadas áreas, diferenças na qualidade da infraestrutura física, limitações na capacidade de atendimento, dificuldades de transporte escolar ou barreiras socioeconômicas que afetam de forma desigual determinados segmentos da população. A magnitude desse grupo indica que, embora a percepção positiva seja predominante, existe uma parcela significativa da sociedade que vivencia ou identifica obstáculos concretos no acesso ao sistema educacional público.

O percentual de 13,5% de respondentes que não opinaram sugere a presença de desconhecimento, afastamento ou ausência de contato direto com a realidade das escolas públicas, o que pode estar relacionado a perfis populacionais específicos, como pessoas sem filhos em idade escolar ou que utilizam a rede privada de ensino. Esse dado também aponta para a importância de ampliar a transparência, a comunicação institucional e a participação social nas discussões sobre políticas educacionais.

De forma consolidada, os resultados indicam que o município apresenta uma percepção globalmente positiva quanto à igualdade de acesso às escolas públicas, mas com sinais claros de assimetrias que demandam intervenções direcionadas. Torna-se fundamental investir na melhoria e padronização da infraestrutura escolar, no planejamento territorial da rede de ensino, no fortalecimento de políticas de transporte e permanência escolar, bem como no monitoramento contínuo das desigualdades de acesso, de modo a avançar da equidade percebida para a equidade efetivamente garantida em todo o município.

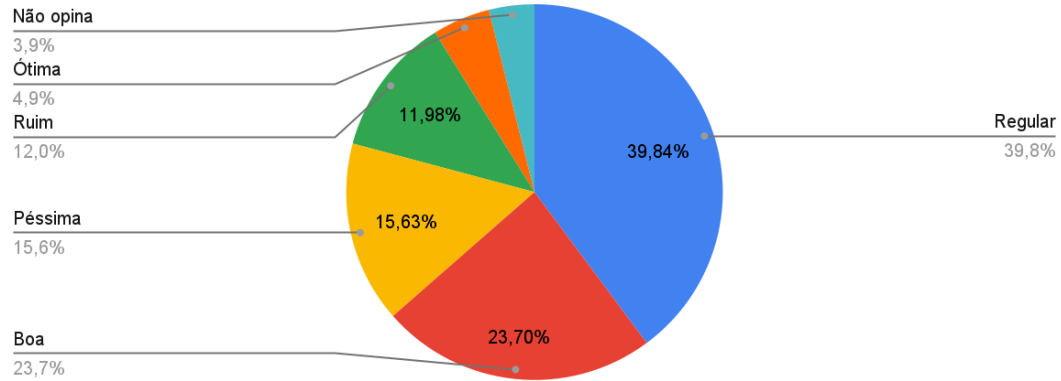
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Regular	39,84%	17,19%	22,66%	0,00%	13,80%	19,27%	6,77%	11,46%	19,27%	9,11%
Boa	23,70%	10,16%	13,54%	0,00%	5,73%	13,02%	4,95%	7,81%	11,72%	4,17%
Péssima	15,63%	7,29%	8,33%	0,00%	4,69%	6,77%	4,17%	5,21%	7,29%	3,13%
Ruim	11,98%	5,47%	6,51%	0,00%	4,43%	5,21%	2,34%	3,13%	5,73%	3,13%
Ótima	4,95%	1,82%	3,13%	0,00%	0,78%	2,60%	1,56%	2,60%	1,30%	1,04%
Não opina	3,91%	1,56%	2,34%	0,00%	1,30%	1,56%	1,04%	2,34%	0,78%	0,78%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

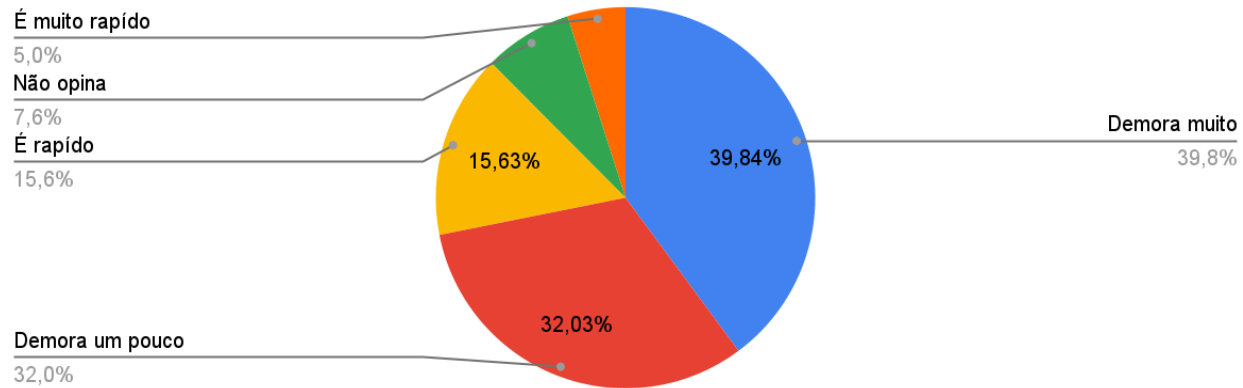
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora muito	39,84%	17,19%	22,66%	0,00%	12,76%	18,23%	8,85%	10,94%	20,57%	8,33%
Demora um pouco	32,03%	14,32%	17,71%	0,00%	10,16%	17,19%	4,69%	9,38%	13,80%	8,85%
É rápido	15,63%	6,51%	9,11%	0,00%	5,21%	6,77%	3,65%	4,69%	7,81%	3,13%
Não opina	7,55%	2,86%	4,69%	0,00%	1,82%	2,86%	2,86%	4,43%	2,34%	0,78%
É muito rápido	4,95%	2,60%	2,34%	0,00%	0,78%	3,39%	0,78%	3,13%	1,56%	0,26%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A análise da percepção da população sobre o atendimento nos postos de saúde do município, considerando os dados apresentados tanto para a qualidade do atendimento quanto para o tempo de espera, evidencia um cenário de desempenho funcional, porém marcado por limitações estruturais e operacionais que impactam diretamente a satisfação dos usuários.

No que se refere à avaliação do atendimento, observa-se a predominância da classificação “Regular”, com 39,84%, indicando que quase quatro em cada dez entrevistados percebem o serviço como apenas razoável, sem atingir padrões consistentes de qualidade. Esse resultado sugere que o sistema de saúde consegue garantir o atendimento básico, porém apresenta fragilidades recorrentes em aspectos como organização dos serviços, resolutividade das demandas, padronização entre unidades e qualidade do acolhimento. As avaliações positivas somam 28,65%, sendo 23,70% que consideram o atendimento “Bom” e apenas 4,95% que o avaliam como “Ótimo”. O baixo percentual de avaliações de excelência demonstra que experiências altamente satisfatórias são pouco frequentes, o que evidencia a dificuldade do sistema em oferecer um atendimento de alto padrão de forma ampla e contínua.

As percepções negativas apresentam peso significativo. As avaliações “Péssima” (15,63%) e “Ruim” (11,98%) totalizam 27,61%, um percentual próximo ao das avaliações positivas, o que revela um quadro de insatisfação relevante. Esse contingente expressivo indica que uma parcela considerável da população enfrenta dificuldades mais severas no acesso ou na qualidade do atendimento, possivelmente relacionadas à insuficiência de profissionais, precariedade da infraestrutura física, falhas no acolhimento, demora na realização de consultas e exames ou dificuldade de encaminhamento para especialidades. O percentual de 3,91% de “Não opina”, embora reduzido, pode refletir usuários que não utilizaram recentemente os serviços ou que não dispõem de informações suficientes para avaliá-los.

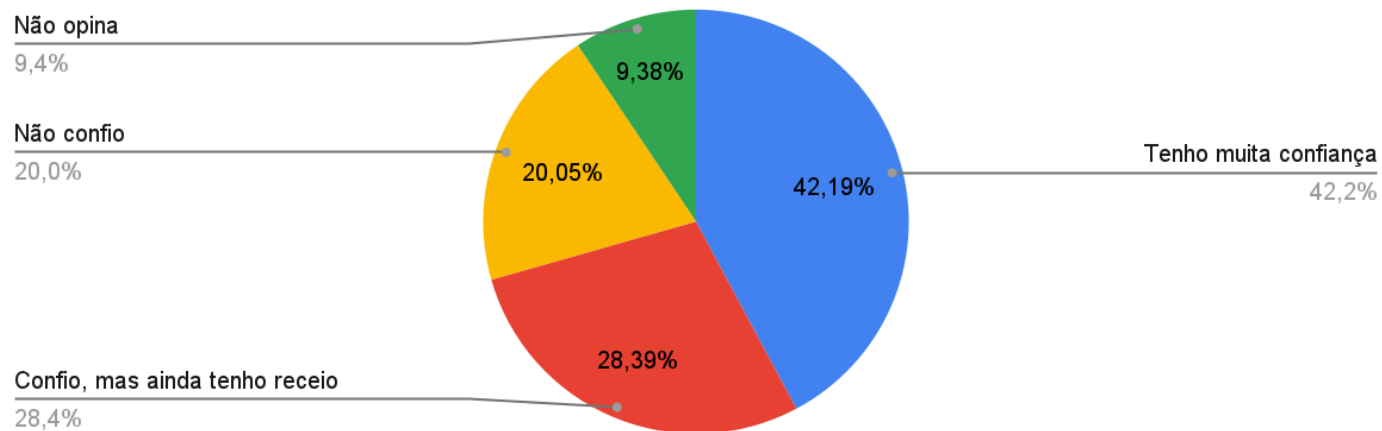
A análise do tempo de espera reforça e aprofunda esse diagnóstico. A percepção de demora é amplamente predominante, uma vez que 39,84% afirmam que o atendimento “Demora muito” e 32,03% consideram que “Demora um pouco”. Somadas, essas categorias representam 71,87% das respostas, evidenciando que mais de dois terços da população percebem o tempo de espera como inadequado. Esse dado configura um dos principais gargalos do sistema de saúde municipal e indica problemas estruturais na gestão da demanda, no dimensionamento das equipes, na organização dos fluxos de atendimento e nos processos de triagem e agendamento. Em contraste, apenas 15,63% avaliam que o atendimento “É rápido” e um percentual ainda menor, 4,95%, considera que “É muito rápido”, demonstrando que experiências de agilidade são pontuais e não representam a realidade predominante dos usuários. Os 7,55% de “Não opina” podem estar associados a indivíduos que não utilizaram o serviço recentemente ou que não passaram por situações de espera significativas.

De forma integrada, os dados revelam que a percepção de qualidade mediana do atendimento está fortemente associada à percepção negativa do tempo de espera. A combinação de um elevado percentual de avaliações “Regular” e “Ruim/Péssima” com a predominância de respostas que indicam demora reforça a necessidade de intervenções estruturais e gerenciais. Torna-se essencial investir na ampliação e qualificação das equipes de saúde, na melhoria da infraestrutura das unidades, na reorganização dos fluxos internos, na otimização dos sistemas de agendamento e triagem e na padronização das práticas de atendimento. Essas ações são fundamentais para reduzir a morosidade percebida, elevar a qualidade do serviço prestado e fortalecer a confiança da população no sistema público de saúde municipal.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	42,19%	15,10%	27,08%	0,00%	11,20%	20,31%	10,68%	15,10%	19,27%	7,81%
Confio, mas ainda tenho receio	28,39%	14,84%	13,54%	0,00%	11,20%	13,28%	3,91%	5,73%	15,10%	7,55%
Não confio	20,05%	9,38%	10,68%	0,00%	5,99%	10,42%	3,65%	8,07%	7,81%	4,17%
Não opina	9,38%	4,17%	5,21%	0,00%	2,34%	4,43%	2,60%	3,65%	3,91%	1,82%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A análise da percepção sobre a confiança nas forças policiais do município revela um cenário predominantemente favorável, porém marcado por nuances relevantes que merecem atenção. O fato de 42,2% dos respondentes declararem ter muita confiança, associado aos 28,4% que afirmam confiar, ainda que com receio, resulta em um total de 70,6% da população com algum grau de confiança na atuação policial. Esse percentual expressivo indica reconhecimento da legitimidade institucional da corporação e percepção de efetividade no cumprimento de suas funções básicas, como manutenção da ordem, resposta a ocorrências e presença em ações de segurança pública.

Entretanto, a existência de 20% de respondentes que afirmam não confiar nas forças policiais evidencia a presença de uma parcela significativa da população que percebe fragilidades na atuação do serviço. Essa desconfiança pode estar associada a fatores como sensação de baixa presença territorial, especialmente em determinadas regiões, percepção de lentidão ou ineficiência na resposta a ocorrências, experiências negativas anteriores ou falta de padronização na conduta e no atendimento à população. Esses elementos indicam que, embora a confiança seja majoritária, ela não é homogênea e varia conforme o contexto territorial e as experiências individuais dos cidadãos.

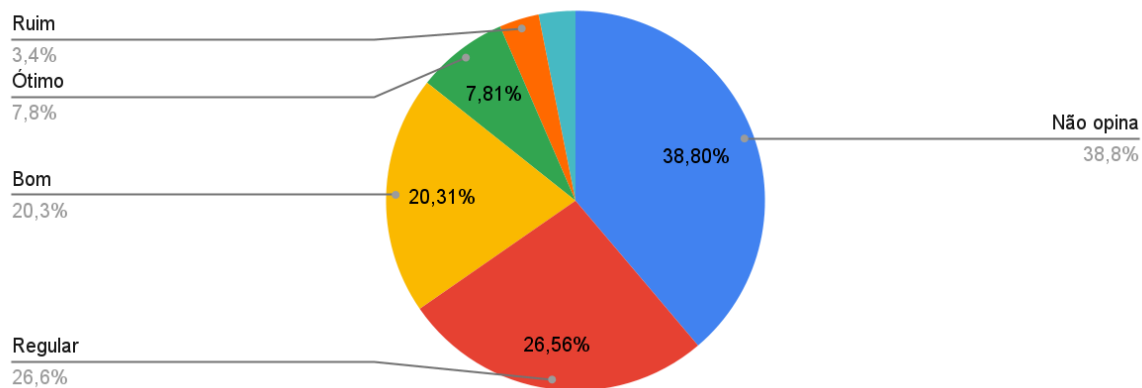
O percentual de 9,4% que não opinou reforça a hipótese de distanciamento institucional, pouco contato direto com as forças de segurança ou desconhecimento sobre a atuação cotidiana da polícia, o que pode limitar a formação de uma percepção mais clara e consistente sobre o serviço prestado. Esse dado também sugere oportunidades para ampliar a visibilidade das ações policiais e fortalecer os canais de comunicação com a sociedade.

De forma geral, os resultados apontam para uma base sólida de confiança pública, mas indicam a necessidade de estratégias contínuas de fortalecimento institucional, com foco na ampliação da presença territorial, na melhoria da comunicação com a comunidade e no desenvolvimento de ações de policiamento mais próximas e preventivas. Tais iniciativas tendem a reduzir os níveis de receio e desconfiança, promovendo maior credibilidade, transparência e alinhamento entre as forças policiais e a população atendida.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	38,80%	17,71%	21,09%	0,00%	11,46%	20,31%	7,03%	9,90%	19,79%	9,11%
Regular	26,56%	11,20%	15,36%	0,00%	8,07%	13,80%	4,69%	9,90%	10,42%	6,25%
Bom	20,31%	6,77%	13,54%	0,00%	7,81%	7,29%	5,21%	8,33%	9,38%	2,60%
Ótimo	7,81%	3,65%	4,17%	0,00%	1,56%	4,17%	2,08%	3,39%	2,60%	1,82%
Ruim	3,39%	1,82%	1,56%	0,00%	1,04%	1,30%	1,04%	0,26%	2,34%	0,78%
Péssimo	3,13%	2,34%	0,78%	0,00%	0,78%	1,56%	0,78%	0,78%	1,56%	0,78%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A análise da avaliação dos serviços do CRAS e CREAS evidencia um cenário heterogêneo, marcado tanto por reconhecimento positivo entre os usuários quanto por elevado grau de desconhecimento por parte da população em geral. O percentual expressivo de 38,8% de respondentes que não opinaram indica baixo contato direto, pouca utilização ou desconhecimento das funções, serviços e benefícios oferecidos por esses equipamentos socioassistenciais. Esse dado é particularmente relevante, pois sinaliza limitações no alcance das políticas de assistência social e fragilidades nos processos de divulgação, comunicação institucional e articulação territorial.

Entre os respondentes que manifestaram avaliação, observa-se que 20,3% classificam os serviços como bons e 7,8% como ótimos, totalizando 28,1% de percepções positivas. Esse resultado demonstra que, para os usuários que efetivamente acessam o CRAS e o CREAS, há reconhecimento da eficiência do atendimento, do acolhimento prestado e da capacidade técnica das equipes em responder às demandas socioassistenciais, especialmente no acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e na proteção social básica e especial.

Por outro lado, as avaliações regulares, que somam 26,6%, revelam a percepção de um serviço que cumpre parcialmente suas funções, mas apresenta limitações operacionais. Essas restrições podem estar associadas à sobrecarga de demanda, insuficiência de recursos humanos e materiais, tempo de espera elevado ou inconsistências na qualidade do atendimento entre diferentes unidades ou territórios. Embora não representem reprovação direta, esses dados indicam espaço significativo para aprimoramento da gestão e da capacidade de resposta dos serviços.

As avaliações negativas, que totalizam 6,5%, sendo 3,4% ruim e 3,1% péssimo, apontam falhas mais críticas que impactam diretamente a experiência de uma parcela dos usuários. Ainda que minoritário, esse grupo sinaliza problemas que podem comprometer a confiança nos serviços, como dificuldades de acesso, atendimento insuficiente ou percepção de baixa resolutividade em situações de maior complexidade social.

De forma integrada, os dados demonstram que os serviços do CRAS e CREAS apresentam boa avaliação entre os usuários que os conhecem e utilizam, mas enfrentam o desafio estrutural de ampliar seu alcance e visibilidade junto à população. A elevada taxa de não resposta reforça a necessidade de investir em estratégias mais eficazes de divulgação, fortalecimento da presença territorial, articulação com outras políticas públicas e padronização da qualidade do atendimento, de modo a ampliar o acesso, aumentar o conhecimento sobre os serviços disponíveis e consolidar uma percepção pública mais positiva e consistente sobre a política de assistência social no município.

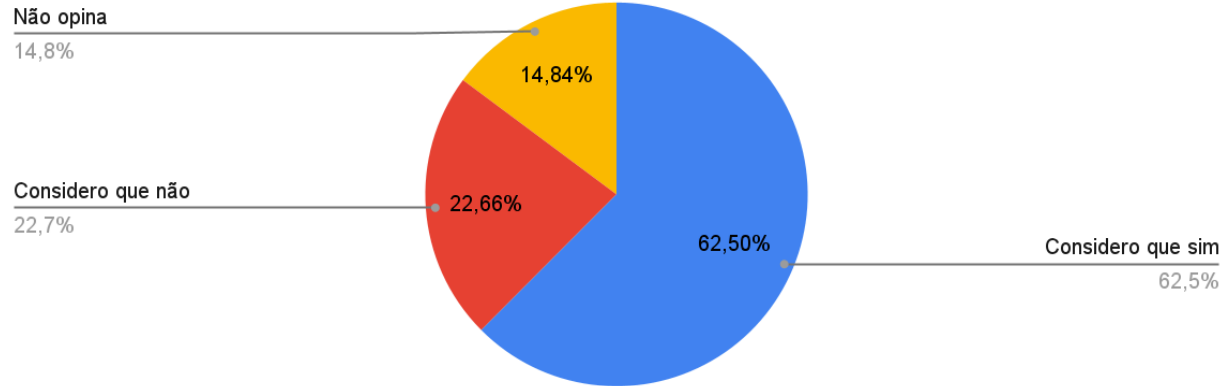
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	62,50%	26,56%	35,94%	0,00%	20,05%	31,77%	10,68%	17,19%	31,25%	14,06%
Considero que não	22,66%	10,16%	12,50%	0,00%	5,99%	10,94%	5,73%	9,11%	9,11%	4,43%
Não opina	14,84%	6,77%	8,07%	0,00%	4,69%	5,73%	4,43%	6,25%	5,73%	2,86%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

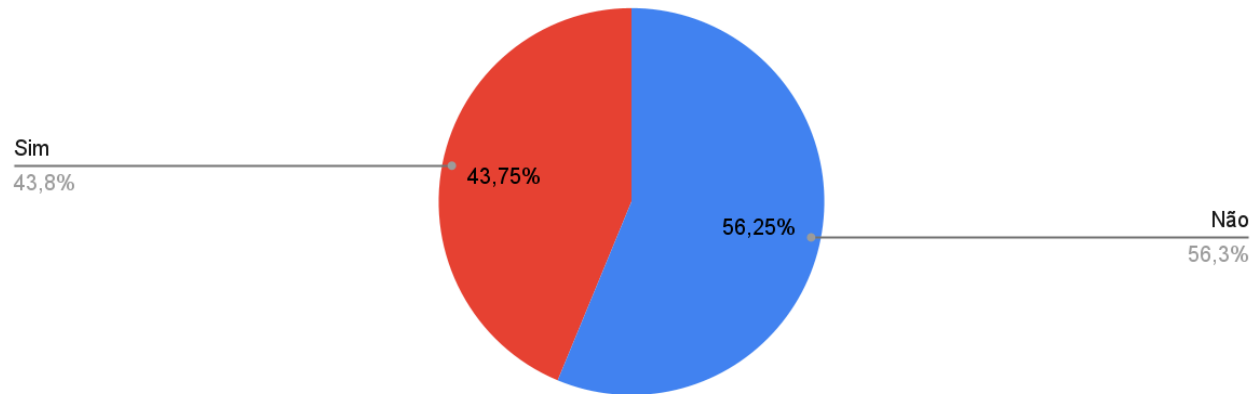
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	56,25%	25,52%	30,73%	0,00%	16,41%	26,56%	13,28%	18,75%	27,08%	10,42%
Sim	43,75%	17,97%	25,78%	0,00%	14,32%	21,88%	7,55%	13,80%	19,01%	10,94%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A análise da percepção sobre a disponibilidade de oportunidades de trabalho no município revela um cenário majoritariamente favorável, embora permeado por desafios estruturais e informacionais relevantes. O percentual de 62,5% dos respondentes que consideram existir vagas suficientes indica que a maioria percebe um mercado de trabalho relativamente dinâmico, com oferta considerada compatível com a demanda local e, em certa medida, com o perfil de qualificação predominante da população. Esse resultado sugere capacidade de absorção da força de trabalho em determinados setores econômicos e percepção de estabilidade ou expansão do emprego formal e informal no município.

Por outro lado, a proporção de 22,7% que avalia negativamente a disponibilidade de oportunidades evidencia a existência de um contingente expressivo que enfrenta dificuldades de inserção laboral. Essa percepção pode estar associada à escassez de vagas em áreas específicas, à concentração de empregos em determinados setores econômicos, à exigência de qualificações não compatíveis com o perfil de parte da população ou a barreiras adicionais enfrentadas por grupos mais vulneráveis, como jovens, pessoas com baixa escolaridade ou trabalhadores em processo de reinserção no mercado. Esse dado indica que, apesar do cenário globalmente positivo, o acesso às oportunidades não ocorre de forma homogênea.

O percentual de 14,8% de respondentes que não opinaram reforça a hipótese de distanciamento do tema, ausência de busca ativa por emprego no período recente ou desconhecimento mais amplo sobre a dinâmica do mercado de trabalho local. Esse grupo pode incluir pessoas fora da população economicamente ativa ou indivíduos cuja condição laboral não exige contato frequente com processos de recrutamento.

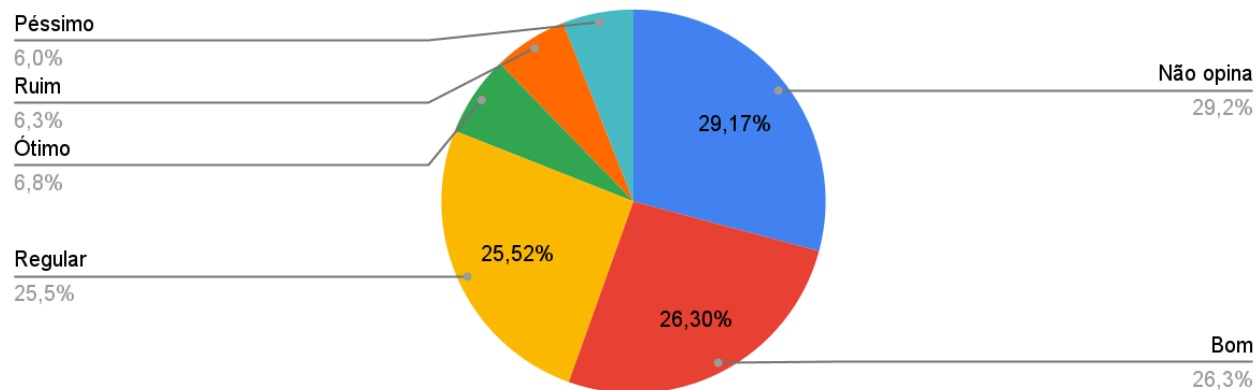
De forma complementar, a análise sobre o conhecimento dos programas municipais de capacitação profissional evidencia uma fragilidade significativa na política de comunicação e alcance dessas iniciativas. O fato de 56,3% da população declarar não conhecer tais programas aponta para uma lacuna relevante na divulgação, o que limita o potencial dessas ações em promover qualificação, requalificação profissional e inserção produtiva. Ainda que 43,8% afirmem ter conhecimento dos programas, indicando que uma parcela considerável consegue acessá-los, a diferença entre os grupos revela uma assimetria informacional que compromete a equidade e a efetividade das políticas públicas de capacitação.

Em conjunto, os dados indicam que, embora o município apresente percepção predominantemente positiva quanto à oferta de trabalho, há necessidade de avançar em políticas públicas voltadas à diversificação da base econômica, ampliação das oportunidades em diferentes setores e inclusão de públicos com maior dificuldade de inserção. Paralelamente, torna-se fundamental fortalecer as estratégias de comunicação, ampliar os canais de divulgação e facilitar o acesso aos programas de capacitação profissional, de modo a alinhar oferta de qualificação às demandas do mercado e garantir maior alcance, adesão e impacto social dessas iniciativas.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	29,17%	13,28%	15,89%	0,00%	8,07%	15,63%	5,47%	6,25%	15,36%	7,55%
Bom	26,30%	9,90%	16,41%	0,00%	9,64%	11,20%	5,47%	10,68%	12,76%	2,86%
Regular	25,52%	11,46%	14,06%	0,00%	7,81%	13,28%	4,43%	8,33%	9,64%	7,55%
Ótimo	6,77%	3,13%	3,65%	0,00%	0,78%	4,17%	1,82%	3,13%	2,08%	1,56%
Ruim	6,25%	2,60%	3,65%	0,00%	2,08%	1,82%	2,34%	2,60%	2,86%	0,78%
Péssimo	5,99%	3,13%	2,86%	0,00%	2,34%	2,34%	1,30%	1,56%	3,39%	1,04%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A análise da avaliação do acesso ao transporte público no município revela um cenário heterogêneo, no qual coexistem percepções positivas, limitações operacionais e um elevado grau de distanciamento da população em relação ao serviço. As avaliações favoráveis, que somam 33,1% dos respondentes, sendo 26,3% que classificam o serviço como bom e 6,8% como ótimo, indicam que uma parcela da população reconhece cobertura adequada em determinados territórios, frequência considerada satisfatória e condições aceitáveis de deslocamento, especialmente para rotinas específicas ou linhas mais estruturadas.

Entretanto, a proporção de 25,5% de respostas regulares evidencia que, para um contingente significativo, o transporte público atende apenas parcialmente às necessidades da população. Essa percepção intermediária sugere a existência de inconsistências na oferta, como variações na regularidade dos horários, intervalos prolongados entre viagens, limitações na integração entre linhas e deficiências na infraestrutura, incluindo pontos de parada, sinalização e conforto dos veículos. Esses fatores tendem a reduzir a atratividade do serviço e impactar a eficiência do deslocamento cotidiano.

As avaliações negativas, que totalizam 12,3% entre ruim e péssimo, apontam para problemas mais críticos enfrentados por determinados usuários. Embora representem uma parcela menor, esses dados indicam falhas que comprometem diretamente o acesso, possivelmente concentradas em áreas periféricas ou com menor cobertura, onde a oferta é insuficiente, os horários são restritos ou as condições operacionais são inadequadas para atender à demanda local.

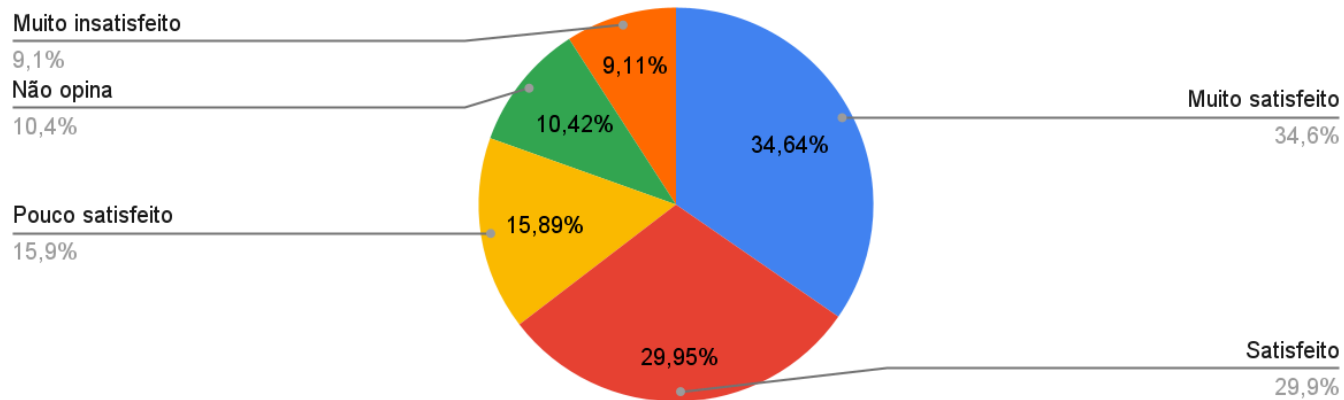
O percentual elevado de 29,2% de respondentes que não opinaram constitui um dado relevante e estratégico para a interpretação dos resultados. Esse índice sugere uso esporádico do transporte público, dependência de meios alternativos de deslocamento ou desconhecimento sobre a cobertura e o funcionamento do sistema. Tal distanciamento pode refletir limitações estruturais do serviço ou baixa atratividade frente a outras formas de mobilidade, além de indicar fragilidades na comunicação e na divulgação das rotas, horários e benefícios do transporte público.

De forma integrada, os dados apontam para a necessidade de ações estruturantes voltadas à ampliação e ao reequilíbrio da cobertura territorial, melhoria da regularidade e confiabilidade dos horários, qualificação da infraestrutura e fortalecimento da comunicação com a população. Essas medidas são fundamentais para garantir acesso equitativo, aumentar a adesão ao transporte público e proporcionar uma experiência de deslocamento mais eficiente, segura e satisfatória para o conjunto dos usuários.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Muito satisfeito	34,64%	16,67%	17,97%	0,00%	9,90%	17,71%	7,03%	11,46%	16,67%	6,51%
Satisfeito	29,95%	12,24%	17,71%	0,00%	10,68%	14,32%	4,95%	8,59%	14,32%	7,03%
Pouco satisfeito	15,89%	7,03%	8,85%	0,00%	4,43%	8,07%	3,39%	5,47%	7,03%	3,39%
Não opina	10,42%	3,65%	6,77%	0,00%	3,13%	4,17%	3,13%	4,69%	3,39%	2,34%
Muito insatisfeito	9,11%	3,91%	5,21%	0,00%	2,60%	4,17%	2,34%	2,34%	4,69%	2,08%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%
Bases (entrevistados)	384	167	217	0	118	186	80	125	177	82

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A análise da percepção sobre as áreas verdes do município evidencia um cenário majoritariamente favorável, porém com diferenças relevantes na experiência da população. O fato de 34,6% dos respondentes declararam estar muito satisfeitos e 29,9% satisfeitos, totalizando 64,5% de avaliações positivas, indica que a maioria reconhece a importância e a qualidade desses espaços, especialmente no que se refere à manutenção, à funcionalidade para lazer e ao papel no convívio social e na promoção da qualidade de vida urbana. Esse resultado sugere que, em determinadas regiões, as áreas verdes cumprem adequadamente sua função ambiental, recreativa e social.

Entretanto, a presença de 15,9% de respondentes pouco satisfeitos revela que uma parcela significativa da população percebe limitações na oferta ou na qualidade desses espaços. Essa insatisfação pode estar associada a fatores como infraestrutura insuficiente, baixa diversidade de equipamentos de lazer, dificuldades de acessibilidade, sensação de insegurança ou manutenção irregular, elementos que reduzem o uso e o aproveitamento pleno das áreas verdes disponíveis.

As avaliações muito insatisfeitas, que somam 9,1%, apontam para problemas mais acentuados e concentrados em determinados territórios. Esse dado sugere desigualdade na distribuição e na qualidade das áreas verdes no município, com possíveis diferenças entre regiões centrais e periféricas, o que compromete o acesso equitativo da população a esses espaços e amplia disparidades na vivência urbana.

O percentual de 10,4% de respondentes que não opinaram indica desconhecimento, pouco contato ou utilização esporádica das áreas verdes, o que pode estar relacionado tanto à distância física desses espaços em relação à moradia quanto à ausência de informação ou de estímulos ao uso.

De forma integrada, os dados demonstram que, embora a percepção positiva seja predominante, há necessidade de políticas públicas contínuas voltadas à manutenção preventiva, ampliação da rede de áreas verdes, diversificação de equipamentos e fortalecimento da segurança e da acessibilidade. Essas ações são fundamentais para garantir uma distribuição mais equilibrada, estimular o uso regular e consolidar as áreas verdes como elementos centrais na promoção do bem-estar, da inclusão social e da sustentabilidade urbana em todo o município.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	40,36%	15,63%	24,74%	0,00%	11,98%	20,05%	8,33%	14,06%	18,49%	7,81%
Regular	37,76%	17,97%	19,79%	0,00%	13,02%	17,71%	7,03%	10,16%	17,97%	9,64%
Ótima	6,51%	2,60%	3,91%	0,00%	1,30%	3,91%	1,30%	3,65%	2,34%	0,52%
Ruim	5,47%	2,86%	2,60%	0,00%	1,30%	2,34%	1,82%	1,04%	2,60%	1,82%
Péssima	4,95%	2,08%	2,86%	0,00%	1,56%	2,08%	1,30%	2,08%	2,34%	0,52%
Não opina	4,95%	2,34%	2,60%	0,00%	1,56%	2,34%	1,04%	1,56%	2,34%	1,04%
Total geral	100,00%	43,49%	56,51%	0,00%	30,73%	48,44%	20,83%	32,55%	46,09%	21,35%

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?

Não opina

5,0%

Ruim

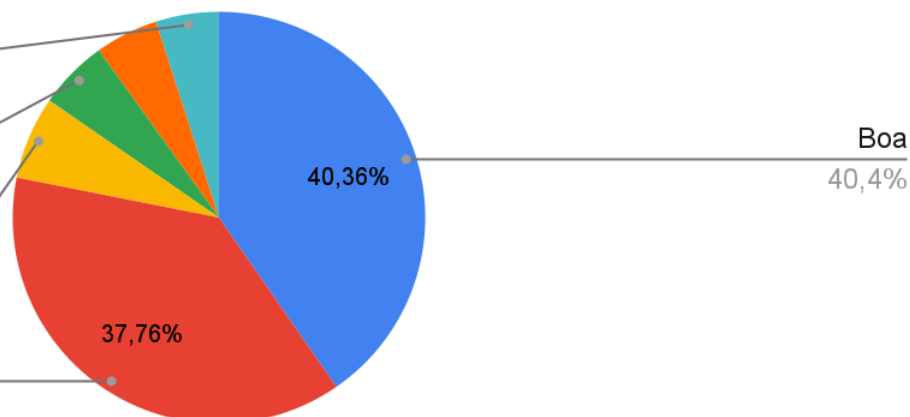
5,5%

Ótima

6,5%

Regular

37,8%



A análise da avaliação da coleta de lixo domiciliar no município revela um quadro heterogêneo, no qual coexistem percepções positivas relevantes e limitações operacionais que impactam a experiência de parte da população. As avaliações favoráveis, que somam 46,9% dos respondentes, sendo 40,4% que classificam o serviço como bom e 6,5% como ótimo, indicam que quase metade da população reconhece eficiência, regularidade e confiabilidade na execução da coleta, sugerindo que, em diversas áreas do município, o serviço atende de forma adequada às necessidades básicas de limpeza urbana.

Entretanto, o elevado percentual de respostas regulares, que atinge 37,8%, evidencia que uma parcela expressiva da população percebe o serviço como apenas satisfatório, com limitações recorrentes. Essa avaliação intermediária sugere a presença de problemas como cobertura desigual entre bairros, variações na frequência da coleta, falhas pontuais na logística ou inconsistências no cumprimento de cronogramas, fatores que não comprometem totalmente o serviço, mas reduzem sua previsibilidade e a confiança dos usuários.

As avaliações negativas, que totalizam 10,4%, sendo 5,5% ruim e 4,9% péssima, apontam para situações mais críticas enfrentadas por determinados usuários. Ainda que representem uma minoria, esses dados indicam problemas estruturais localizados, possivelmente concentrados em regiões periféricas, áreas de difícil acesso ou com menor capacidade operacional, onde a coleta pode ocorrer de forma irregular ou inadequada, impactando diretamente as condições de salubridade e a percepção de qualidade do serviço público.

O percentual de 5% de respondentes que não opinaram sugere pouco contato recente com o serviço ou ausência de informação suficiente para avaliação, o que pode estar relacionado a características específicas de uso ou a contextos em que a coleta não é percebida como um fator problemático ou prioritário.

De forma integrada, os dados indicam que, embora exista uma base consistente de satisfação, o serviço de coleta de lixo domiciliar ainda enfrenta desafios que demandam atenção da gestão pública. Torna-se fundamental investir na ampliação e no equilíbrio da cobertura territorial, na padronização da qualidade do serviço, no fortalecimento do monitoramento operacional e na melhoria da comunicação com a população, de modo a reduzir as avaliações regulares e negativas e garantir um serviço mais eficiente, confiável e equitativo em todo o município.

9. Conclusão

A análise consolidada das informações do relatório revela um panorama complexo, no qual predomina a percepção positiva em diversas áreas, mas persistem desafios estruturais, desigualdades percebidas e lacunas de informação que impactam a experiência da população com os serviços públicos. No campo educacional, 53,7% dos respondentes afirmam que existe igualdade de acesso às escolas públicas, sugerindo que a maioria percebe oferta educacional adequada e capacidade de atendimento a diferentes regiões e grupos sociais. Entretanto, 32,8% identificam desigualdades relacionadas à distribuição de unidades escolares, infraestrutura, capacidade de atendimento ou barreiras socioeconômicas, enquanto 13,5% não opinaram, indicando desconhecimento ou distanciamento do tema. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas que promovam equidade efetiva, aprimorem a infraestrutura e ampliem mecanismos de comunicação sobre o sistema educacional.

No setor de saúde, o atendimento nos postos de saúde é percebido de forma intermediária, com 63,5% considerando os serviços regulares ou bons, 27,6% avaliando como ruim ou péssimo e apenas 4,9% atribuindo nota ótima. A percepção predominante de morosidade é corroborada pelo dado de 71,8% dos usuários que relatam espera longa ou moderada, indicando gargalos operacionais, alta demanda e insuficiência de recursos humanos e materiais. Apenas 20,6% percebem atendimento rápido ou muito rápido, evidenciando que fluxos eficientes ocorrem em unidades ou horários específicos. Esses resultados sugerem necessidade de aprimoramento da gestão de processos, capacitação de profissionais, padronização do atendimento e estratégias para redução do tempo de espera, visando elevar a satisfação e uniformidade na experiência do serviço.

A confiança nas forças policiais apresenta predominância positiva, com 70,6% dos entrevistados confiando totalmente ou parcialmente, enquanto 20% não confiam e 9,4% não opinaram, evidenciando desafios relacionados à consistência da atuação policial, presença territorial, comunicação institucional e percepção de efetividade. A análise sugere que, embora haja confiança majoritária, é necessária atenção para reduzir receios e aumentar a credibilidade plena da corporação.

Os serviços do CRAS e CREAS apresentam percepção mista, com 28,1% de respostas positivas, 26,6% regulares, 6,5% negativas e 38,8% de não respostas, indicando baixo conhecimento, pouca utilização ou desconhecimento das ações desses equipamentos socioassistenciais. A análise reforça a necessidade de maior divulgação, ampliação do acesso, padronização da qualidade e fortalecimento da comunicação institucional para aumentar o conhecimento, utilização e percepção positiva dos serviços.

No mercado de trabalho, 62,5% percebem existência de vagas suficientes, 22,7% não percebem oportunidades adequadas e 14,8% não opinaram. A lacuna de conhecimento sobre programas de capacitação é significativa, com 56,3% sem conhecimento, evidenciando assimetria informacional que limita a

inserção no mercado de trabalho e a efetividade das políticas de qualificação profissional. Apenas 43,8% conhecem os programas, sugerindo que ações direcionadas, divulgação ampla e fortalecimento do acesso são essenciais para ampliar equidade e adesão.

O transporte público apresenta percepção mista, com 33,1% de avaliações positivas, 25,5% regulares, 12,3% negativas e 29,2% de não respostas. A heterogeneidade indica desigualdade de acesso, uso esporádico e baixa visibilidade do serviço, demandando ampliação da cobertura, padronização da qualidade, melhoria na infraestrutura e estratégias de comunicação para garantir acesso equitativo e experiência satisfatória.

As áreas verdes são avaliadas positivamente por 64,5% dos respondentes, com 15,9% pouco satisfeitos, 9,1% muito insatisfeitos e 10,4% de não respostas, evidenciando necessidade de atenção à manutenção, infraestrutura, diversidade de equipamentos, segurança e acessibilidade, além de ampliação e distribuição equitativa para garantir benefícios consistentes.

A coleta de lixo domiciliar apresenta avaliação predominantemente positiva, com 46,9% de percepções favoráveis, 37,8% regulares, 10,4% negativas e 5% de não respostas. A análise evidencia que, embora exista uma base de satisfação, persistem desafios estruturais de cobertura, frequência, padronização e monitoramento contínuo, especialmente em regiões periféricas ou de difícil acesso.

Em síntese, os dados revelam que, apesar da predominância de avaliações positivas em setores essenciais como educação, saúde, segurança, assistência social, emprego, transporte, áreas verdes e serviços urbanos, persistem desafios significativos relacionados à equidade, qualidade, consistência na prestação de serviços, visibilidade e conhecimento das políticas públicas. A análise técnica sugere necessidade de planejamento estratégico, monitoramento contínuo, investimentos direcionados, otimização de recursos, padronização de processos e ampliação da comunicação institucional para garantir que os benefícios sejam efetivamente percebidos e acessíveis a toda a população de forma equitativa e sustentável.